



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

FALTA DIDÁTICA AO GOVERNO NO DEBATE SOBRE O TETO

Com maioria sólida na Câmara e no Senado, o governo de Michel Temer não terá, em tese, dificuldade para aprovar a proposta de emenda constitucional que estabelece o teto para os gastos públicos. Difícil é convencer a população em geral dos motivos para a aprovação da proposta se os ministros se comunicam mal, o presidente adota o excesso de cautela para não se incompatibilizar com os outros poderes e os deputados e senadores ainda tateiam em relação a um tema de tanto impacto na vida dos brasileiros.

Para começo de conversa, é difícil entender por que o congelamento dos gastos públicos por 20 anos (com possibilidade de revisão em 10) deva ser feito por emenda à Constituição, no momento em que boa parte dos aliados do Planalto propõe uma lição de casa na Carta Magna. Incluir na Constituição um adendo dizendo que os gastos públicos não podem subir mais do que a inflação soa, à primeira vista, tão estranho quanto o juro de 12% ao ano, que entrou na versão promulgada em 1988. A emenda tem a pretensão de ser uma vacina contra governos irresponsáveis ou que não conseguem resistir às pressões das corporações por aumentos salariais.

O que o governo não tem conseguido explicar de forma didática é o quanto custa a uma nação gastar mais do que arrecada todos os anos. É o serviço dessa

dívida ruim, contraída para pagar as despesas do dia a dia, que consome boa parte do dinheiro que deveria ser aplicado em saúde, segurança e educação.

É legítima a preocupação dos parlamentares de oposição com a contenção dos gastos públicos, especialmente na área da saúde. Se hoje o SUS acumula tantas deficiências, como será nos próximos 20 anos, com o aumento da demanda pelo envelhecimento da população? Com a evolução da medicina, o custo dos tratamentos de saúde sobe além da inflação. De onde sairá o dinheiro para custear a diferença? O governo garante que o teto é geral e que o aumento de gastos em uma área terá de ser compensado pela redução em outra, mas quais podem ser cortados?

A emenda do teto só será viável se vier acompanhada de outras medidas, como a reforma da Previdência. Hoje, os gastos com aposentadorias crescem independentemente da vontade dos governos. Para pagar os atuais e os novos aposentados que entram no sistema a cada ano, o governo terá de cortar de outras áreas. Outra vez é preciso perguntar: de quais?

O senso comum tem um resposta óbvia: acabe-se com a corrupção, e sobrar dinheiro para custear o que é dever do Estado e até para investir. Junto com a corrupção é preciso reduzir também a ineficiência, essa praga que faz do Brasil um país de impostos incompatíveis com os serviços que oferece.

AJURIS FAZ APELO A CÁRMEN LÚCIA

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) cobra da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, manifestação contra projetos que, na opinião da entidade, ameaçam as prerrogativas da magistratura.

Na semana passada, a Ajuris promoveu um ato contra essas propostas e reuniu os presidentes do Tribunal de Justiça, Luiz Felipe Difini, e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Beatriz Renck, além do chefe do Ministério Público, Marcelo Dornelles.

O presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer, sustenta que projetos como o 280/2016 (do abuso de autoridade) e a PEC 241 (do teto de gastos) "tentam fragilizar a independência dos juizes e promotores, desvalorizando suas carreiras".

A CAMPANHA EM CANOAS É A MAIS TENSA DOS QUATRO MUNICÍPIOS QUE TERÃO SEGUNDO TURNO NO RS. O MINISTÉRIO PÚBLICO DEVE FICAR ATENTO AOS FATOS E AOS FACTOIDES.

PSDB DE CANOAS APOIA BUSATO

Terceiro colocado na disputa pela prefeitura de Canoas, com 14,39% dos votos, Felipe Martini (PSDB) anunciou ontem o apoio ao candidato Luiz Carlos Busato (PTB) no segundo turno.

Com o gesto de Martini, o PSDB de Canoas retribuiu o apoio do PTB ao tucano Nelson Marchezan em Porto Alegre.

O deputado Maurício Dziedricki vai se dividir entre as duas campanhas.

ALIÁS

Por dizerem que não é o momento para brigar por reajuste dos subsídios dos ministros, as presidentes do STF, Cármen Lúcia, e do STJ, Laurita Vaz, compraram uma briga sem precedentes com membros de todas as carreiras jurídicas, que se beneficiam do efeito cascata.



FOTOS: CARLOS MATEO

A partir de 2017, a Câmara terá três vereadores em cada extremo do arco ideológico. À esquerda, os três eleitos do PSOL: a

campeã de votos, Fernanda Melchionna, Roberto Robaina e o Professor Alex Fraga. Na outra ponta, empunhando a bandeira do liberalismo e das privatizações que o PSOL rejeita, três representantes de partidos diferentes, mas com as mesmas convicções: Ramiro Rosário (PSDB), Ricardo Gomes (PP) e Felipe Camozzato (Novo).

Quem disse que os opositos não têm alguma coisa em comum? Robaina e Ramiro, por exemplo, têm a mesma resposta para a pergunta sobre qual é o maior problema social de Porto Alegre: a habitação. Os dois grupos também rechaçam o loteamento partidário de cargos e a corrupção e combatem

EM LADOS OPOSTOS

o desvio de dinheiro público.

Melchionna não encontra identidade entre os discursos do PSOL e dos liberais.

Camozzato discorda:

– Políticos do PSOL identificam muito bem que temos um cartel do transporte público na cidade e são favoráveis ao Uber. A maneira do PSOL de solucionar esses problemas é muito ruim. Querem que o Estado tenha mais interferência sobre as empresas ou que a prefeitura tenha estatais para fazer esse serviço.

A vereadora e seus companheiros de partido não concordam com o “Estado mínimo” defendido pelos colegas:

– Tem gente que gosta de Estado mínimo quando ele é para o povo. E gosta de Estado máximo quando é para os ricos. Chamam isso de liberalismo, eu chamo de oportunismo.



CRISE DE IDENTIDADE

A nota do PT de Caxias do Sul sobre a posição no segundo turno é um retrato da crise de identidade do partido. Em 66 linhas, o PT explica por que não vota em Edson Néspolo, mesmo ele sendo do PDT, faz ressaltar a Daniel Guerra (PRB), mas acaba por avalizar sua candidatura por ser de “oposição ao continuísmo”.

BALANÇO EM 11/11

O PP marcou para 11 de novembro a reunião em que fará o balanço das eleições municipais.

O presidente do PP, Celso Bernardi, considera o resultado positivo, não só pela liderança em número de prefeitos e vereadores, mas porque, a seu ver, “encaminha a reeleição da senadora Ana Amélia Lemos”.



Leia outras colunas em zerohora.com/rosanedoliveira